



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **4000599-65.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **ANTONIO MARCOS DE SOUZA**
 Requerido: **Banco Mercantil do Brasil SA**

Justiça Gratuita

ANTONIO MARCOS DE SOUZA ajuizou ação contra **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.** alegando, em suma, que teve um cheque devolvido por duas vezes sob alegação de falta de fundos, entretanto nas duas oportunidades havia saldo disponível em sua conta. Como resultado da negligencia do réu, o autor teve seu nome incluído no cadastro da SERASA e SCPC. Pediu antecipação de tutela para que seja retirado seu nome do rol de maus pagadores e condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais.

Deferiu-se antecipação de tutela.

Citado, o réu contestou alegando, preliminarmente, a inépcia da inicial e falta de interesse processual. Esclarece que o autor equivocou-se nas duas oportunidades, pois a soma dos lançamentos do dia em que o cheque foi depositado ultrapassa o limite contratado sendo correta a devolução deste por falta de fundos.

Manifestou-se o autor reiterando suas pretensões iniciais.

É o relatório.

Fundamento e decido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Inacolhíveis as teses do réu, de inépcia da petição inicial e de carência de ação.

A petição inicial descreve claramente a causa de pedir e o pedido, deixando igualmente nítido o interesse processual, haja vista tanto a adequação quanto a necessidade da intervenção judicial, para corrigir a ilegalidade apontada. Lembre-se que o interesse processual, como condição da ação, não se subordina à existência do direito material alegado mas à necessidade e utilidade do provimento jurisdicional para solução da controvérsia estabelecida entre as partes.

O autor mantém conta bancária em agência do réu, com limite de crédito de R\$ 1.600,00. É fato incontroverso.

No dia 27 de agosto de 2013 o saldo era devedor, de R\$ 1.295,38.

No dia seguinte, 28 de agosto, foram efetuados os seguintes lançamentos a débito:

180,80

20,00

120,00

100,74

11,43

O saldo devedor resultante, de R\$ 1.728,35, superava o limite contratual de R\$ 1.600,00, justificando a devolução do cheque.

O autor não discute a ordem em que efetuados os lançamentos e qual deles deveria ser recusado pelo sistema.

Observe-se que no dia 29 de agosto, após um único lançamento a débito, de R\$ 2,00, o saldo devedor apontado no extrato juntado pelo próprio autor (fls. 19 dos autos) era negativo de R\$ 1.549,55, obviamente sem considerar o cheque emitido (que foi lançado a débito mas estornado no mesmo dia). Portanto, se esse saldo fosse ainda diminuído com o pagamento do cheque de R\$ 180,00, ficaria negativo em R\$ 1.730,35 (ou R\$ 1.728,35, se desconsiderar os R\$ 2,00 do próprio dia 29), com o que se demonstra claramente que foi mesmo adequado o estorno do cheque, pois deixaria saldo devedor além do limite contratado, de R\$ 1.600,00.

Partindo depois desse saldo negativo, de R\$ 1.549,55, em 29 de agosto de 2013, seguiram-se outros lançamentos a crédito e a débito, até produzir o saldo devedor de R\$ 545,04 em 6 de setembro. Os lançamentos que se seguiram nodia 9 de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

setembro produziram saldo devedor de R\$ 1.486,63, sem debitar o cheque de R\$ 180,80. Se esse cheque fosse debitado, o saldo negativo seria de R\$ 1.667,43, novamente superior ao limite contratado, de R\$ 1.600,00. Portanto, **o cheque deveria mesmo ter sido recusado pela compensação.**

O autor alegou que os extratos são confusos. Não são. São iguais a tantos outros, apontando a movimentação diária e o saldo no final do período. Se o correntista consulta a conta em determinado dia, tem facilmente o saldo exibido. Esse extrato de um período mais longo é assim mesmo, não havendo necessidade de acrescentar uma coluna à planilha, com o saldo resultante de cada operação, em cada dia.

De outro lado, o autor poderia e deveria consultar sua movimentação bancária, para saber se tinha provisão de fundos ou limite disponível para qualquer operação financeira.

Consulte-se uma planilha que agora elaborei, para demonstrar a movimentação da conta:

27/08/2013	Saldo anterior			- 1.295,38
		180,80	180,80	- 1.295,38
		20,00		- 1.315,38
		120,00		- 1.435,38
		100,74		-1.536,12
28/08/2013		11,43		-1.547,55
28/08/2013		2,00		-1.549,55
02/09/2013			1.220,00	- 329,55
			46,00	- 283,55
		57,19		- 340,74
		11,95		- 352,69
		788,00		- 1.140,69
		128,00		- 1.268,69
		250,00		- 1.518,69
		2,00		- 1.520,69
			1.943,30	422,61
		600,00		- 177,39
		192,46		- 369,85


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

		125,19		- 495,04
		50,00		- 545,04
		857,00		- 1.402,04
		180,80	180,80	- 1.402,04
		30,59		- 1.432,63
9/09/2013		54,00		- 1.486,63
10/09/2013			460,00	- 1.026,63
10/09/2013		2,00		- 1.028,63
10/09/2013			473,66	- 554,97

Verifica-se que no dia 28 de agosto ficou um saldo negativo de R\$ 1.547,55. Se o cheque fosse debitado, o saldo seria de R\$ 1.728,35, superior ao limite.

Verifica-se que no dia 9 de setembro o saldo ficou negativo em R\$ 1.486,63. Se o cheque reapresentado fosse debitado, o saldo passaria para R\$ 1.667,43, novamente superior ao limite.

Há um equívoco do autor, com a devida vênia, quanto afirma, a fls. 78, que *em nenhum momento o saldo do agravado foi superior ao seu limite de conta corrente*. De fato, a planilha apresentada a fls. 77/78, mostra um saldo negativo de R\$ 1.486,63, **ao final do dia 9 de setembro**, mas isso porque **não foi debitado o cheque de R\$ 180,80**. O cheque foi lançado a débito mas também a crédito, em **estorno**. Basta consulta as duas colunas. Se houve mesmo a efetiva compensação, o saldo final no dia seria $1.486,63 + 180,80 = 1.667,63$, superando o limite.

Devolvido o cheque, era curial o lançamento do nome do autor em cadastro de devedores. Esse cheque ainda não foi pago. Quando for pago, aí sim o autor poderá excluir seu nome do cadastro.

Enfim, com a emissão de cheque sem provisão de fundos, o próprio autor deu causa a que seu nome fosse automaticamente averbado no cadastro de inadimplentes mantido por prestadoras de serviço de proteção ao crédito, fato que, por si só, foi bastante a tanto (v. TJSP, Apelação nº 0018364-88.2011.8.26.0566, Rel. Des. Sebastião Flávio, j. 11.09.2013).,

Diante do exposto, **rejeito os pedidos**, revogo a decisão concessiva da tutela de urgência e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios do patrono do contestante, por equidade fixados em R\$ 1.000,00. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Transmita-se cópia desta decisão ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para instruir o recurso de Agravo de Instrumento nº 4000599-65.2013.8.26.0566.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de janeiro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA